



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA**  
**SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**

## **PREGÃO ELETRÔNICO**

**PE- 90.005/2026**

**EDITAL Nº009/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0030/2026**

**CONTRATANTE (UASG) Nº983371**  
**MUNICIPIO DE BIRITINGA**

### **OBJETO**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS EM ATENDIMENTO AS DEMANDAS DOS FUNDOS E DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BIRITINGA/BA**

### **VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

**GRUPO 01: R\$1.421.200,00**

**GRUPO 01: R\$482.800,00**

**GRUPO 01: R\$753.600,00**

**GRUPO 01: R\$61.600,00**

### **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

**DIA: 31 DE MARÇO DE 2026 ÀS 09:00(HORÁRIO DE BRASÍLIA)**

### **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

**MENOR PREÇO POR GRUPO**

### **MODO DE DISPUTA:**

**ABERTO**

### **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

**SIM**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA**  
**SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**

## Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	4
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	6
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	6
6. DA FASE DE JULGAMENTO .....	8
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	10
8. DOS RECURSOS.....	11
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	12
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	14
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	14
12. ANEXOS O EDITAL.....	15



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA**  
**SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**

**EDITAL: 009/2026**

**MUNICÍPIO DE BIRITINGA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.005/2026**  
(Processo Administrativo nº0030/2026)

Torna-se público que o Município de Biritinga por meio da Secretaria de Administração, com a realização da Comissão de Pregão sediada na Praça Municipal, 01 – Centro, Biritinga/BA, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 49/2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO**

**DIA:** 31/03/2026 às 09h00min (horário de Brasília/DF)

**Endereço eletrônico:** <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

**Modo de Disputa:** Aberto

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de serviços continuados de locação de veículos leves e pesados em atendimento as demandas das Secretarias do Município de Biritinga/BA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será composta por 04 (quatro) Grupos, conforme consta do Termo de Referência, o licitante interessado em participar deste Edital de Pregão deverá oferecer proposta para o(s) item(ns) de seu interesse.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA**  
**SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**

- 2.6.2. pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.6.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.6.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.5. pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.6. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.6.7. *pessoas jurídicas reunidas em consórcio*;
- 2.6.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.6.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.8. A vedação de que trata o item 2.6.9. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação será posterior as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1, e 7.12.1. deste Edital.
- 3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA**  
**SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**

- 3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).
- 3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6, sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11, possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA**  
**SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**

perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário e total de cada item que compõe cada GRUPO;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação de cada GRUPO.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 3.9.

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

#### **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA**  
**SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**

- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário de cada item que compõe cada GRUPO.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital e anexos.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R\$50,00 (cinquenta reais)*.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA**  
**SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**

própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.19.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de execução ou por qualquer outro motivo.

5.19.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.19.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.19.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.19.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.19.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.20. O preço negociado deverá ser igual ou menor ao constante no Termo de Referência.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6. deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:





PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA  
SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o Item 3.6, deste Edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. contiver vícios insanáveis;

6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. Por se tratar de serviços, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA**  
**SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do Contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo no PERCENTUAL 10%, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia legível ou por cópias autenticadas.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA**  
**SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de NO MÍNIMO, DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **8. DOS RECURSOS**

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei 14.133/21](#).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA**  
**SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**

- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 25 (vinte e cinco) minutos.
- 8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.2. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.2.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.3. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 9.1.4. fraudar a licitação
- 9.1.5. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 9.1.5.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 9.1.5.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 9.1.5.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.6. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.1.7. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA**  
**SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 5% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de **0,5% a 5%** do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 1% a 5% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2. e 9.1.3.0, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA**  
**SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**

da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: pelo portal e de forma secundária pelo e-mail: [cplbiritinga@gmail.com](mailto:cplbiritinga@gmail.com);

10.3.1. O Município não será responsável por documentos encaminhados por e-mail em caso de extravio ou de não recebimento em tempo hábil.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo neste Edital e anexos, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. Após homologação a empresa terá 05 dias úteis para assinatura do Contrato. Este prazo poderá ser prorrogado a pedido da interessada e concessão do prazo pelo Município.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA**  
**SECRETARIA DE MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**

11.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

**12. INTEGRAM ESTE EDITAL, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, OS SEGUINTE ANEXOS:**

12.1. ANEXO I – Termo de Referência

12.1.1. ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar – Apêndice do Termo de Referência

12.1.2. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

Biritinga, 13 de março de 2026.

**COSME NILTON OLIVEIRA CRUZ**  
**SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA**  
**ESTADO DA BAHIA**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA**  
**ESTADO DA BAHIA**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. contratação de serviços continuados de locação de veículos leves e pesados em atendimento as demandas das Secretarias do Município de Biritinga/BA, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. Por se tratar de serviços continuados, o prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do Contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1. Requisitos Gerais:**

I – Este Termo está em conformidade com as especificações técnicas descritas no Estudo Técnico Preliminar.

II – A interessada deverá apresentar capacidade operacional para disponibilização dos veículos em prazo compatível com as demandas das Secretarias, inclusive com apresentação da posse de pelo menos 30% (trinta por cento) dos veículos de cada Grupo.

III – A interessada deverá apresentar documentos dos veículos com registro no DETRAN.

IV – Os veículos não poderão ter mais e 07 (sete) anos e uso.

V – A interessada deverá realizar a manutenção preventiva e corretiva dos veículos, assegurando sua disponibilidade e bom funcionamento, além de seguro e emplacamento.

**4.2. Requisitos Legais**

I – A interessada deverá Cumprir de forma integral as disposições estabelecidas pela Lei 14.133/2021.

II – A interessada deverá manter durante a execução do contrato a regularidade fiscal e trabalhista, conforme determinado pela legislação em vigor.

**4.3. Requisitos de Sustentabilidade**

I – A contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade previstas no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, no que couber.

II – A contratada deverá observar as exigências legais de sustentabilidade social na execução do serviço, observando especialmente o seguinte:

III – A interessada deverá utilizar veículos leves e pesados que atendam aos critérios de eficiência energética e menor emissão de gases poluentes.

IV – A interessada deverá ter compromisso com a redução do impacto ambiental associado às atividades de transportes realizados por veículos.

**4.4. Requisitos da participação e da execução**

I – Poderão participar deste processo de contratação empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto, que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação.

II – A empresa deverá apresentar os veículos em boas condições de uso.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA**  
**ESTADO DA BAHIA**

III – As despesas decorrentes da manutenção, lubrificantes, serão de responsabilidade da Contratada.

IV – A quilometragem será livre, não podendo a interessada estipular quantitativos de km mensal.

V – A empresa contratada deverá tomar todas as medidas de segurança cabíveis aos serviços que executarão não arcando o Município com qualquer ônus em caso de acidente.

VI – Os serviços que constituem o objeto deste Termo de Referência e do ETP deverão ser executados de acordo com a solicitação da contratante (que poderá ser por ordem de serviço ou e-mail) e sob a orientação/fiscalização dos técnicos da Prefeitura Municipal de Biritinga, estando os veículos disponíveis no período conforme necessidade e as condições contratuais.

VII – Para a prestação dos serviços, bem como na composição de sua proposta de preço, a interessada deverá considerar a entrega dos veículos leves e pesados em até 03(três) dias úteis após a data de solicitação do serviço na garagem da contratante. Este prazo poderá ser prorrogado com as devidas justificativas e aceita pelo Município.

**4.5. Das despesas operacionais:**

I - Os veículos colocados à disposição do Município deverão ser identificados com os dizeres: “A SERVIÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA”, pois assim facilitará a efetivação da realização da fiscalização.

II - Caso os veículos venham a apresentar defeitos ou se forem constatadas avarias mecânicas frequentes, impossibilitando a execução dos trabalhos programados, deverão ser substituídos por outros imediatamente, em perfeito estado e com as mesmas características técnicas licitadas.

III - Os veículos leves e pesados deverão receber da contratada toda a assistência com referência as revisões de garantia e outras de sua responsabilidade.

**4.6. Da manutenção dos veículos leves e pesados:**

I - Todos os veículos deverão receber a adequada e devida manutenção preventiva e/ou corretiva, por conta da Contratada;

II – Ficará a cargo da Contratante arcar com as despesas relativas à troca de óleo/lubrificantes e filtros e correlatos;

III - A CONTRATADA deverá providenciar a imediata reposição dos veículos que estejam indisponíveis, seja por manutenção preventiva, seja por manutenção corretiva, avarias ou acidentes, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

IV - A CONTRATADA deverá prestar assistência 24 (vinte e quatro) horas, com plantão para atendimento e socorro dos veículos.

**4.7. Do abastecimento:**

I - Todas as despesas de abastecimento serão por conta da Contratante.

**4.8. Da natureza dos serviços**

I – Os serviços possuem natureza continuada, cuja vigência será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse da contratante até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

II – Os serviços tenham sido prestados regularmente;

III – Seja comprovado, através de pesquisa de mercado, que o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

IV – Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

V – Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

**4.9. Subcontratação**

I – Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, sem a devida autorização do Município.

II – Caso a empresa descumpra a regra do Item I, poderá ter o contrato extinto, além de sofrer multas e outras cominações legais.

**4.10. Garantia da contratação**

II - Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos do art.96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

**4.11. Vistoria**

I – Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA**  
ESTADO DA BAHIA

**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**5.1. Condições de execução**

5.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, a execução dos serviços será prorrogada automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.1.3. As comunicações entre o Município e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.1.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.1.5. Os serviços serão prestados no Território do Município, e em viagens intermunicipais seguindo o cronograma das Secretarias, não havendo rotas estabelecidas.

5.1.6. Os veículos leves e pesados deverão estar disponíveis, quando solicitado através de requisição expedida pela Secretaria interessada, para atender suas demandas.

5.1.7. O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço unitário.

5.1.8. Os serviços serão executados por quilometragem livre;

5.1.9. Os serviços serão rejeitados, sempre que estiverem em desacordo com as condições estipuladas neste Termo de Referência.

5.1.10. Os veículos leves e pesados deverão estar em perfeitas condições uso, com manutenção e acessórios em condições de uso, devendo a Contratada substituir aqueles que não atenderem esta exigência no prazo de até 24 (horas).

**5.2. Procedimentos de transição e finalização do contrato.**

5.2.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

61. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Município poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**6.2. Preposto**

6.2.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.2.2. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de 12 meses conforme o período de vigência da execução do contrato.

6.2.3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

**6.3. Fiscalização**

6.3.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.3.2. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.3.3. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA**  
**ESTADO DA BAHIA**

6.3.4. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.3.5. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.3.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.3.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.3.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.3.9. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.3.10. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

I – Realizará visitas aos locais de execução dos serviços para verificar se as rotinas estão acontecendo dentro do previsto no ETP.

**6.4. Gestor do Contrato**

6.4.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.4.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.4.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.4.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.4.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.4.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.4.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.4.8. O Gestor de Contrato será designado na assinatura do Termo de Contrato.

**7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO, MEDIÇÃO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará os seguintes parâmetros disposto neste item.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA**  
**ESTADO DA BAHIA**

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados;

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

**7.2. Do recebimento**

7.2.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha detalhada.

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10(dez) dias, pelo fiscal, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133).

7.3.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.3.2. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências dos serviços.

7.3.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.3.4. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.3.5. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.3.6. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.3.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.3.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30(trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.3.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, na qualidade dos serviços prestados e dos materiais empregados, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.3.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.3.10. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.3.11. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA**  
**ESTADO DA BAHIA**

7.3.12. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.3.13. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.3.14. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.3.15. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **7.4. Liquidação**

7.4.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.4.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.4.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, conforme documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.4.6. A Administração poderá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.4.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.4.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.4.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.4.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **7.5. Prazo de pagamento**

7.5.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

#### **7.6. Forma de pagamento**

7.6.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA**  
**ESTADO DA BAHIA**

7.6.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.6.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.6.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.6.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR GRUPO.

### **8.2. Exigências de habilitação:**

8.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **8.2.2. Habilitação jurídica**

I - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

II - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

III - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

IV - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

V - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

VI - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.2.2.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **8.2.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

II - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

III - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

IV - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA**  
**ESTADO DA BAHIA**

A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

V - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

VI - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.2.3.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**8.2.4. Qualificação Econômico-Financeira**

I - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

II - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.2.4.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.2.4.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.2.4.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

8.2.4.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

**8.3. Qualificação Técnica**

8.3.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.3.2. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.3.3. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;

8.3.4. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.3.5. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.3.6. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.3.7. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.3.8. Por se tratar de locação de veículos leves e pesados com o emprego de mão de obra, será necessário a apresentação por parte da interessada do Certificado de Registro e Quitação da empresa e de seus Responsáveis Técnicos junto ao Conselho Regional de Administração – CRA.

8.3.9. A contratada deverá apresentar capacidade operacional para disponibilização dos veículos no prazo compatível com as demandas da Secretaria.

**9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$2.719.200,00, conforme custos unitários apostos nas Tabelas do Item a seguir:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA**  
**ESTADO DA BAHIA**

GRUPO 01 - VEÍCULO TIPO PASSEIO						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	PREÇO MÉDIO UNIT.	V. MÉDIO MENSAL	V. MÉDIO TOTAL (12 MESES)
01	Locação mensal de veículo automotor, com condutor, com 05 portas, motor 1.0, no mínimo 75 cv, capacidade 05 pessoas, flex (álcool/gasolina), com no máximo 7 (sete) anos de fabricação, e todos os equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN. (A manutenção será por conta da contratada e o combustível por conta da contratante). <b>CATSER: 4014.</b>	LOCAÇÃO MENSAL	19	R\$ 6.233,33	R\$ 118.433,33	R\$ 1.421.200,00
VALOR MÉDIO TOTAL DO GRUPO R\$						<b>R\$1.421.200,00</b>

GRUPO 02 - VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	PREÇO MÉDIO UNIT.	V. MÉDIO MENSAL	V. MÉDIO TOTAL (12 MESES)
02	Locação mensal de veículo utilitário, tipo caminhonete, com condutor, com 02 portas, motor 1.4, no mínimo 75 cv, capacidade 02 pessoas, com carroceria aberta, capacidade de carga mínimo de 600 quilos, flex (álcool/gasolina), com no máximo 7 (sete) anos de fabricação, e todos os equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN. (A manutenção será por conta da contratada e o combustível por conta da contratante). <b>CATSER: 4014.</b>	LOCAÇÃO MENSAL	4	R\$ 6.683,33	R\$ 26.733,33	R\$ 320.800,00
03	Locação mensal de veículo utilitário, tipo caminhonete, com condutor, com 02 portas, motor 1.4, no mínimo 75 cv, capacidade 02 pessoas, com carroceria tipo baú, capacidade de carga mínimo de 600 quilos, flex (álcool/gasolina), com no máximo 7 (sete) anos de fabricação, e todos os equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN. (A manutenção será por conta da contratada e o combustível por conta da contratante). <b>CATSER: 4014.</b>	LOCAÇÃO MENSAL	2	R\$ 6.750,00	R\$ 13.500,00	R\$ 162.000,00
VALOR MÉDIO TOTAL DO GRUPO R\$						<b>R\$ 482.800,00</b>

GRUPO 03 - VEÍCULOS PESADOS						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	PREÇO MÉDIO UNIT.	V. MÉDIO MENSAL	V. MÉDIO TOTAL (12 MESES)
04	Locação mensal de veículo automotor tipo caminhão pipa, com condutor, em perfeito estado de conservação, capacidade igual ou superior a 8.000 (oito mil) litros (com no máximo 7 (sete) anos de fabricação) e todos os equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN, com motor a diesel. (A manutenção será por conta da contratada e o combustível por conta da contratante). <b>CATSER: 4014.</b>	LOCAÇÃO MENSAL	3	R\$ 9.200,00	R\$ 27.600,00	R\$ 331.200,00
05	Locação mensal de veículo automotor, tipo caminhão toco, com condutor, carga seca, carroceria de madeira, em perfeito estado de conservação, (com no máximo 7 (sete) anos de fabricação) e todos os equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN, com motor a diesel. (A manutenção será por conta da contratada e o combustível por conta da contratante) <b>CATSER: 4014.</b>	LOCAÇÃO MENSAL	1	R\$ 9.200,00	R\$ 9.200,00	R\$ 110.400,00
06	Locação mensal de veículo automotor tipo caminhão 3/4, com condutor, em perfeito estado de conservação, (com no máximo 7 (sete) anos de fabricação) e todos os equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN, com motor a diesel. (A manutenção será por conta da contratada e o combustível por conta da contratante) <b>CATSER: 4014.</b>	LOCAÇÃO MENSAL	1	R\$ 11.000,00	R\$ 11.000,00	R\$ 132.000,00
07	Locação mensal de veículo automotor, tipo caminhão leve (similar ao KIA BONGO ou equivalente), com condutor e carroceria tipo baú em alumínio, em perfeito estado de conservação, com no máximo 10 (dez) anos de fabricação, categoria VUC, PBT até 3.500 kg, capacidade mínima de carga de 1.500 kg, motor a diesel com turbocompressor (potência mínima de 130 cv), transmissão manual de no mínimo 5 marchas, direção hidráulica ou elétrica, cabine para até 3 ocupantes, suspensão reforçada e pneus em bom	LOCAÇÃO MENSAL	2	R\$ 7.500,00	R\$ 15.000,00	R\$ 180.000,00





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA**  
**ESTADO DA BAHIA**

	estado, atendendo a todas as exigências do CONTRAN. (A manutenção preventiva e corretiva será por conta da contratada e o combustível por conta da contratante, garantindo substituição imediata em caso de falha ou pane). <b>CATSER: 4014.</b>				
<b>VALOR MÉDIO TOTAL DO GRUPO R\$</b>					<b>R\$ 753.600,00</b>

<b>GRUPO 04 - VEÍCULOS PESADOS</b>						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	PREÇO MÉDIO UNIT.	V. MÉDIO MENSAL	V. MÉDIO TOTAL (12 MESES)
08	Locação de 01 veículo pesado com carroceria tipo Munck – motor a diesel com potência mínima de 177 cv. peso bruto total 12000 kg, carroceria com 6,2 metros (livre) de comprimento, guindaste hidráulico tipo Munck com momento carga útil mínima de 10.000 kg com três lanças hidráulicas e alcance mínimo de 12 m, cintas para içamento de carga normatizadas com comprimentos variados (2 cintas com 2 m, 2 cintas com 4 m e 2 cintas com 6 m). (A manutenção será por conta da contratada e combustível por conta da contratante) <b>CATSER: 4014.</b>	QUILÔMETRO	200	R\$ 25,67	R\$ 5.133,33	R\$ 61.600,00
<b>VALOR MÉDIO TOTAL DO GRUPO</b>						<b>R\$ 61.600,00</b>

9.2. Critérios de aceitabilidade de preços.

9.3. Na apresentação da Proposta o critério de aceitabilidade do valor será por Grupo, não podendo ficar item sem valor dentro do grupo.

9.4. A licitante vencedora deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha os preços de cada Item e total de cada Grupo de seu interesse.

9.5. A administração solicitará da licitante que apresentar valores abaixo de 50%, durante a fase de lances, que ela apresente a composição dos custos de sua proposta para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

9.6. A administração caso entenda necessário poderá visitar o estabelecimento da Empresa provisoriamente classificada em primeiro lugar, para verificar se as informações declaradas condizem com a realidade.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

10.1.1. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

**Unidade orçamentaria:** 05.05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**Projeto/Atividade:** 2005

**Elemento de despesa:** 33.90.39. 00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

**Fonte de Recurso:** 1500

**Unidade orçamentaria:** 08.08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**Projeto/Atividade:** 2014

**Elemento de despesa:** 33.90.39. 00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

**Fonte de Recurso:** 1500

**Unidade orçamentaria:** 07.07- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Projeto/Atividade:** 2008

**Elemento de despesa:** 33.90.39. 00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

**Fonte de Recurso:** 1500

**Unidade orçamentaria:** 09.09 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**Projeto/Atividade:** 2026

**Elemento de despesa:** 33.90.39. 00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

**Fonte de Recurso:** 1500

**Unidade orçamentaria:** 14.14- SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

**Projeto/Atividade:** 2058

**Elemento de despesa:** 33.90.39. 00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

**Fonte de Recurso:** 1500

**Unidade orçamentaria:** 11.11-SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

**Projeto/Atividade:** 2076

**Elemento de despesa:** 33.90.39. 00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

**Fonte de Recurso:** 1500

Praça Municipal, 01 – Centro, Biritinga/BA. – CNPJ n. 13.835.558/0001-39

Fone/Fax.: (75) 3267-2354





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA**  
**ESTADO DA BAHIA**

**Unidade orçamentaria:** 1212 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

**Projeto/Atividade:** 2060

**Elemento de despesa:** 33.90.39. 00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

**Fonte de Recurso:** 1500

**Unidade orçamentaria:** 1313- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

**Projeto/Atividade:** 2029

**Elemento de despesa:** 33.90.39. 00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

**Fonte de Recurso:** 1500

**Unidade orçamentaria:** 02.02- SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE

**Projeto/Atividade:** 2004

**Elemento de despesa:** 33.90.39. 00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

**Fonte de Recurso:** 1500

**Unidade orçamentaria:** 10.10- SEC. MUNICIPAL DE TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE.

**Projeto/Atividade:** 2068

**Elemento de despesa:** 33.90.39. 00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

**Fonte de Recurso:** 1500

10.1.2. Existe compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido, certificamos que há dotação orçamentária para atender às despesas decorrentes do objeto em questão, a qual poderá ser suplementada, se necessário, durante a execução contratual dos serviços de locação de veículos leves e pesados em atendimento as demandas dos Fundos e das Secretarias do Município de Biritinga/BA.

10.1.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Biritinga, 09 de fevereiro de 2026.

  
**COSME NILTON OLIVEIRA CRUZ**  
Secretário Municipal de Administração  
Portaria.008/2025



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA**  
**ESTADO DA BAHIA**

**APRENDICE AO ANEXO I**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA**  
ESTADO DA BAHIA

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**1. INFORMAÇÕES BÁSICAS**

**2. INTRODUÇÃO**

Este Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da contratação dos itens que constam nos Documentos de Formalização de Demanda, emitidos pelas Secretarias, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

Objeto: prestação de serviços continuados de locação de veículos leves e pesados com quilometragem livre, conforme demanda das Secretarias do Município de Biritinga.

**3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

A elaboração deste Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por finalidade estabelecer diretrizes para atender ao disposto na legislação vigente referente às contratações públicas, em especial ao artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, e aos dispositivos da Lei nº 14.133/2021. Busca-se, ainda, normatizar, disciplinar e definir os elementos que nortearão a contratação dos serviços de locação de veículos leves e pesados descritos neste estudo.

As novas demandas de serviços e atividades do Município têm tornado insuficiente a atual frota de veículos leves e pesados para atender às necessidades das Secretarias e dos Fundos Municipais, sendo necessário o acréscimo de unidades para a execução das tarefas essenciais, especialmente no atendimento aos deslocamentos de servidores e munícipes dentro do Município, bem como em viagens a outros Municípios e à capital do Estado. Tal medida visa melhorar significativamente a qualidade dos serviços prestados e suprir as deficiências identificadas.

A locação de veículos leves e pesados contribui para otimizar a gestão da frota municipal, permitindo que as Secretarias se concentrem nas atividades diretamente relacionadas às suas finalidades, sem os ônus decorrentes da propriedade de veículos, como despesas com impostos, seguros e manutenção. Além disso, possibilita à Administração exigir da contratada a substituição imediata do veículo quando este não apresentar condições adequadas de uso, observando-se os princípios da economicidade e da vantajosidade.

A contratação tem como objetivo garantir a continuidade e a eficiência dos serviços de transporte necessários à execução das atividades administrativas e finalísticas, considerando que os veículos próprios do Município são insuficientes para atender a toda a demanda existente.

Entre as vantagens oferecidas pelo mercado de locação, destaca-se que a contratação desses serviços proporcionará às equipes das Secretarias solicitantes maior agilidade e praticidade em seus deslocamentos, tanto na sede quanto nos povoados, e para outros Municípios possibilitando o atendimento eficiente à população, conforme demandas das Secretarias a seguir:

**SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

Com a crescente demanda da sociedade pelos serviços disponibilizados pela Administração do Município de Biritinga, sentiu-se a necessidade de aumentar a capacidade de locomoção e transporte da Secretaria. O que implica, em aspectos logísticos mais robustos para garantir o bom funcionamento e a eficiência dos serviços prestados aos Munícipes. A grande demanda por deslocamentos na área urbana e rural para o cumprimento das atribuições legais da Secretaria pelos seus servidores, naturalmente, propõe uma infraestrutura adequada de meios de transporte que garanta a continuidade das atividades meio e fim, sem prejuízo a sociedade. Portanto, a locação é necessária devido às demandas operacionais dos setores vinculados a Secretaria de Administração que engloba o transporte de materiais e equipamentos, serviços administrativos e de manutenção, bem como as demais demandas logísticas do setor. A alternativa, portanto, de terceirização/locação dos veículos promove economia de recursos financeiros bem como dinamizar e simplificar a gestão da frota municipal, trazendo benefícios à Administração Pública Municipal à medida que o Poder Público transfere à empresa licitada todos os encargos inerentes aos veículos



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA**

### **ESTADO DA BAHIA**

locados. Em síntese demonstra ser vantajosa a locação ao invés da aquisição de automóveis a medida que a administração pública descentraliza a prestação de um serviço e transfere na sua totalidade ao particular a imensa gama de obrigações relativas à frota municipal, como por exemplo as manutenções (corretivas e preventivas), impostos, revisões periódicas, pagamento de seguros, taxas e licenciamentos.

#### **GABINETE DO PREFEITO**

“A presente justificativa visa a contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos, medida imprescindível a fim de suprir as demandas do Gabinete do Prefeito, visando o deslocamento das respectivas autoridades e dos servidores lotados no Gabinete e setores atrelados a ele. Ademais, a sistemática já foi utilizada em anos anteriores, implicando em redução das despesas de manutenção mecânica e elétrica que seriam despendidas pelo Setor.”

#### **SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**

A Secretaria necessita de veículos para o recorrente transporte dos seus servidores, a fim de acompanhar as obras públicas em execução e executar outras demandas afetas as atividades da Secretaria. Como a manutenção de serviços como a iluminação pública. Assim, sem os serviços de transporte e a locação de veículos para o transporte de servidores e de materiais, a Secretaria fica impossibilitada de exercer suas atribuições, o que prejudica o andamento das diversas ações e manutenções que ocorrem por todo o Município de Biritinga. Dessa forma, a fim de evitar os problemas supramencionados e suprir a necessidade de recorrente de transporte, objetivando atender o interesse público dos cidadãos e igualmente dos órgãos/entidades internos nas atividades de fiscalização de obras e manutenções, a solução está em contratar serviços de locação de veículos para atender a demanda da Secretaria”

#### **SEC. DE MEIO AMBIENTE**

A Secretaria de Meio Ambiente busca otimizar suas operações com a ampliação da frota de veículos. Ao requisitar a locação de veículos a secretaria visa atender às crescentes demandas de todas as diretorias de forma mais eficiente. Isso possibilitará melhor cobertura geográfica do Município, como o suporte a emergências e imprevistos, além de melhorar a prestação de serviços atrelados ao Meio Ambiente como é o caso da distribuição de água as famílias que eventualmente necessitam e ainda da necessidade de manutenção de poços artesianos espalhados pelo Município. Essa medida contribui para uma gestão mais ágil e eficaz dos serviços ambientais no território do Município.

#### **SEC.DE EDUCAÇÃO**

A Secretaria Municipal de Educação tem a necessidade de locação de veículos para atender aos compromissos assumidos com a execução do ano letivo nas escolas, como visitas técnicas nas unidades escolares, reuniões e formações da equipe interna da Secretaria, o transporte de servidores e materiais para a manutenção e reparos das unidades, entre outros, garantindo assim um serviço de qualidade a toda comunidade escolar, neste contexto a locação terá como prioridade o atendimento no transporte da merenda escolar, com a distribuição para todas as escolas da Rede Municipal de Educação em todo Município. Além do que, contratar um serviço de locação de carros pode ser mais econômico do que a compra e manutenção de uma frota própria, evitando alguns custos como oficina e revisões anuais, além de que a frota possui uma constante renovação, garantindo assim a segurança dos servidores que utilizam referido serviço. A quantidade solicitada foi baseada na atual demanda da Secretaria de Educação, a fim de prestar um serviço de qualidade a toda Rede Municipal de Ensino.

#### **SEC.DE SAÚDE**

A Secretaria Municipal de Saúde utiliza diariamente os automóveis que compõem sua frota, inclusive sábados e domingos, para o transporte de servidores e pacientes que demandam acompanhamento em consultas médicas, exames e tratamentos de quimioterapia, radioterapia e hemodiálise agendados através do setor de tratamento fora do domicílio (TFD). Há também a parte da frota destinada ao transporte de servidores, malote e entrega de insumos e materiais aos serviços de saúde. Faz-se necessário a locação dos automóveis, pois impacta diretamente no tratamento de pacientes que se encontram com quadro de saúde sensível e demandam maior atenção e assistência da secretaria municipal de saúde, assim como a continuidade do trânsito de servidores que necessitam de transporte para continuidade dos processos de trabalho.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA**  
**ESTADO DA BAHIA**

**SEC. DE CULTURA**

A locação é necessária devido às demandas operacionais da Secretaria de Cultura e dos seus setores que envolve o transporte de materiais e equipamentos, serviços administrativos, e de acompanhamento dos eventos com logística dos referidos locais, divulgação de eventos que são realizados pela Secretaria de Cultura como por exemplo: bem como demais demandas logísticas dos respectivos setores.

**SEC.DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

A locação é necessária devido às demandas operacionais dos setores desta Secretaria, diante da essencial demanda de deslocamento das equipes para visitas técnicas nas áreas urbanas e rurais, bem como para o acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, a locação de um veículo é de imperativa importância. Este investimento não apenas facilitará a mobilidade dos servidores da Secretaria de Assistência Social, garantindo segurança nas atividades, mas também otimiza o transporte de materiais e equipamentos, assegurando a prestação eficiente de serviços sem riscos de acidentes. Além disso, ao considerar a necessidade de estruturação da frota específica do Programa Bolsa Família, torna-se evidente que a resolução dessa questão de locomoção é fundamental para um acompanhamento mais eficaz das famílias beneficiárias, demonstrando a necessidade iminente e de interesse público, justificando a locação do veículo como uma medida estratégica para aprimorar o desempenho operacional e a qualidade dos serviços prestados.

**SECRETARIA DE ESPORTE**

A Secretaria Municipal de Esportes, visando otimizar suas operações e garantir uma gestão eficiente de seus recursos, identificou a necessidade de contar com serviços de locação de veículos automotores. Tal demanda surge em virtude da natureza dinâmica das atividades desempenhadas pela Secretaria com a assistência as atividades esportivas desenvolvidas em todo Município, que frequentemente requerem deslocamentos rápidos e eficazes”.

**SECRETARIA DE AGRICULTURA**

A prestação de serviços de locação de veículos leves para a Secretaria de Agricultura busca otimizar suas operações com a ampliação da frota de veículos. Ao requisitar a locação de veículos a secretaria visa atender às crescentes demandas de todas as diretorias de forma mais eficiente. Essa medida contribui para uma gestão mais ágil e eficaz dos serviços e atendimento aos agricultores do território do Município.

**Fundamentação:** Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021)

**4. ÁREA REQUISITANTE**

A presente demanda está sendo solicitada pelas Secretarias Municipais de Biritinga – BA, conforme a seguir:

ÁREA REQUISITANTE	RESPONSÁVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	COSME NILTON OLIVEIRA CRUZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	DANIEL CERQUEIRA DO NASCIMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	PRISCILA BRITO DE SOUZA LIMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	ROSE RODRIGUES MIRANDA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	HIAGO CARVALHO SOUZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	GEVANILSON JESUS DO CARMO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	INGRID PINHEIRO BISPO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	GIDEON DE JESUS S. OLIVEIRA LOBO
GABINETE DO PREFEITO	JACKSON ARAÚJO DE SOUZA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE.	EDEMILSON SACRAMENTO DOS ANJOS

**5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Trata-se de prestação de serviços cujo objeto tem natureza comum: o enquadramento de Serviço Comum para efeito da Lei nº. 14.133/2021: Para todos os fins legais, declaramos que a contratação de pessoa jurídica especializada para a locação de veículos diversos e definição usual no mercado podendo ser enquadrada como serviço comum, pois os padrões de desempenho e qualidade



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA**  
**ESTADO DA BAHIA**

podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado. de acordo com o art. 6º, XIII, da Lei nº. 14.133/2021.

**Da descrição dos serviços**

- A contratação pretendida tem como objeto a prestação de serviços de locação de veículos, com quilometragem livre, com disponibilidade 24 horas todos os dias, inclusive sábados, domingos e feriados, a serem executados conforme demandas das Secretarias do Município de Biritinga.
- Os serviços a serem contratados possuem natureza continuada, de modo que sua interrupção pode comprometer as atividades da Administração e sua necessidade deve se estender por mais de um exercício financeiro.
- A mão de obra com motoristas não implicará em custos adicionais com a contratação, pois eles serão de responsabilidade do Município;
- Os serviços serão executados pela contratada obedecendo ao disposto na Lei 14.133/21 e no Decreto Municipal que regulamenta a referida Lei, e demais normas legais e regulamentares pertinentes.
- O prazo para execução do futuro contrato será de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, limitado a sessenta meses, contados a partir da assinatura do contrato O contrato poderá ser prorrogado por mais 12 (doze) meses, de acordo com o contido nos artigos 105 e 107 da Lei 14.133/2021, em conformidade com as especificações técnicas descritas neste Estudo.

**Requisitos Legais**

- Cumprimento integral das disposições estabelecidas pela Lei 14.133/2021 e da Lei 123/06 e demais legislações correlatas.

**Requisitos de Sustentabilidade**

- A contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade previstas no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, no que couber.
- A contratada deverá observar as exigências legais de sustentabilidade social na execução do serviço, observando especialmente o seguinte:
- Utilizar veículos que atendam aos critérios de eficiência energética e menor emissão de poluentes.
- Realizar a gestão adequada de resíduos e subprodutos gerados durante a manutenção dos veículos.

**Requisitos da participação e da execução**

- Poderão participar deste processo de contratação empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto, que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação.
- A empresa deverá apresentar os veículos em boas condições de uso.
- As despesas decorrentes da manutenção, lubrificantes, motorista e qualquer outro que afete a operação, serão de responsabilidade da Contratada.
- A empresa contratada deverá tomar todas as medidas de segurança cabíveis aos serviços que executarão não arcando o Município com qualquer ônus em caso de acidente.
- Os serviços que constituem o objeto deste ETP deverão ser executados de acordo com a solicitação da contratante (que poderá ser por ordem de serviço ou e-mail) e sob a orientação/fiscalização dos técnicos da Prefeitura Municipal de Biritinga, estando os veículos leves e pesados disponíveis no período conforme necessidade e as condições contratuais.
- No serviço, bem como na proposta de preço, deverá considerar também que a Contratada deverá fornecer em até 03(três) dias úteis após a data de solicitação do serviço, os veículos em referência para a execução dos serviços na garagem da contratante.
- Os serviços serão prestados no Território do Município, e em viagens intermunicipais, conforme solicitação de requerente.
- Os veículos deverão estar disponíveis, quando solicitado através de requisição expedido pela Secretaria, estimando o tempo de utilização, e descrevendo a sua aplicação para atender as demandas conforme determinação apresentada no Termo de Referência.
- Para os serviços previsíveis a contratada deverá ser comunicada com antecedência de 24 horas, e deverá atender sem restrição.
- Para serviços não previsíveis, ou aqueles emergenciais, a contratada deverá atender de imediato, com tolerância de 12 (doze) horas para que os veículos esteja a disposição da contratante.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA**  
**ESTADO DA BAHIA**

- Os serviços serão rejeitados, sempre que estiverem em desacordo com as condições estipuladas neste ETP e no Termo de Referência.
- Os veículos deverão estar em perfeitas condições de uso, com manutenção e acessórios em condições de uso, devendo a Contratada substituir aqueles que não atenderem esta exigência no prazo de até 24 (horas).

**Das despesas operacionais:**

- Os veículos pesados colocados à disposição do Município deverão ser identificados com os dizeres: “A SERVIÇO da PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA”, pois assim facilitará a efetivação da realização da fiscalização.
- Caso os veículos venham a apresentar defeitos ou se forem constatadas avarias mecânicas frequentes, impossibilitando a execução dos trabalhos programados, deverão ser substituídos por outros imediatamente, em perfeito estado e com as mesmas características técnicas licitadas.
- Os veículos deverão receber da contratada toda a assistência com referência às revisões de garantia e outras de responsabilidade da Contratada.

**Da manutenção dos veículos:**

- Todos os veículos deverão receber a adequada e devida manutenção preventiva e/ou corretiva, conforme recomendações do fabricante por conta da contratada;
- A CONTRATANTE deverá arcar com as despesas relativas à troca de óleo/lubrificantes e filtros necessárias ao fiel cumprimento do objeto do futuro contrato;
- A CONTRATADA deverá providenciar a imediata reposição dos veículos que estejam indisponíveis, seja por manutenção preventiva, seja por manutenção corretiva, avarias ou acidentes, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- A CONTRATADA deverá prestar assistência 24 (vinte e quatro) horas, com plantão para atendimento e socorro dos veículos.
- No caso de avarias que forem relacionadas ao uso do veículo, constatadas na devolução dele ou no decorrer do contrato, como pneus cortados, para-choques quebrados, para-brisa quebrado, arranhões em para-choque, calota quebrada, entre outros são de total responsabilidade da Contratada, de modo que se sugere que ela possua seguro com as coberturas adequadas para esses casos;

**Do abastecimento:**

- Todos os veículos deverão ser entregues pela CONTRATADA ao Município, com as despesas de abastecimento por conta da Contratante.

**Do pessoal**

- Competirá à CONTRATADA a admissão de mão-de-obra, em quantidade suficiente ao desempenho dos serviços contratados, correndo por sua conta também, os encargos necessários e demais exigências das leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais, e outras de qualquer natureza, bem como indenização de acidentes de trabalho de qualquer natureza, respondendo a proponente pelos danos causados por seus empregados, auxiliares, e prepostos ao patrimônio público ou a outrem.
- Os empregados deverão possuir capacidade física e qualificação que os capacite a executar os serviços inerentes ao objeto do contrato.
- A CONTRATADA terá um prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data de assinatura do contrato, para iniciar o serviço e apresentar seus funcionários, e até 10 (dez) dias para apresentá-los devidamente uniformizados e no que couber, com os equipamentos de proteção individual necessários para a execução dos serviços.
- É condição para que sejam mantidos em serviço, os empregados cuidadosos, atenciosos, e educados com o público.
- A fiscalização terá direito de exigir dispensa, a qual deverá ser realizada dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, de todo empregado cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento do serviço. Se a dispensa der origem a ação na Justiça, o Município não terá nenhuma responsabilidade sobre a questão.
- Durante a execução dos serviços é absolutamente vedado, por parte do pessoal da proponente, a execução de outras tarefas que não sejam contempladas pelo objeto.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA**  
**ESTADO DA BAHIA**

- Será terminantemente proibido aos empregados da proponente de ingerirem bebidas alcoólicas em serviço, de pedirem gratificações ou donativos de qualquer espécie.
- A guarnição ou qualquer funcionário da área operacional, deverá apresentar-se uniformizado e asseado, com camisas ou camisetas fechadas, calças, calçados com sola antiderrapante, e demais equipamentos de segurança de proteção individual, como luvas, capas protetoras em dias de chuva, coletes refletivos, entre outros.

**Da qualificação técnica**

- Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;
- Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;
- Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- Por se tratar de locação de veículos leves e pesados com o emprego de mão de obra, será necessário a apresentação por parte da interessada do Certificado de Registro e Quitação da empresa e de seus Responsáveis Técnicos junto ao Conselho Regional de Administração – CRA.
- A contratada deverá apresentar capacidade operacional para disponibilização dos veículos no prazo compatível com as demandas da Secretaria.

**Da natureza dos serviços**

- Os serviços possuem natureza continuada, cuja vigência será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse da contratante até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:
- Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- Seja comprovado, através de pesquisa de mercado, que o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
- Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

**Fundamentação:** Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (Inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

**5. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

Para atender à necessidade dos serviços com a locação de veículos, foram exploradas diversas soluções de contratação junto ao mercado de prestadores de serviços. Dentre elas estacamos as seguintes:

Contratação direta com o prestador de serviços: negociação realizada diretamente entre a Prefeitura Municipal de Biritinga e os proprietários ou empresas especializadas na locação de veículos;

Contratação através de terceirização: contratação de uma empresa que gerencia a locação de veículos, incluindo serviços adicionais como manutenção;

Formas alternativas de contratação: como leasing operacional ou contrato de prestação de serviços que incluam a locação dos veículos como uma das cláusulas do acordo.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA

### ESTADO DA BAHIA

Após a avaliação das alternativas de contratação, a solução mais adequada para atender as necessidades apresentadas pelas Secretarias, envolve a contratação através de serviços de locação de veículos.

Esta abordagem oferece a vantagem de integrar serviços complementares à locação dos veículos, como a manutenção, reduzindo a demanda operacional e administrativa que seria requerida pela gestão direta destes recursos.

Com os serviços de locação, o Município terá os veículos leves e pesados necessários, e suporte operacional, promovendo maior eficiência no atendimento às suas demandas e uma melhor gestão dos recursos públicos.

#### 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta para atender as necessidades da Administração Municipal se baseia na locação de veículos para realizar os serviços das Secretarias que demandam transportes, neste caso de pessoas e de objetos, sendo esta considerada a mais adequada existente no mercado, após um processo de levantamento detalhado e comparação com alternativas disponíveis no mercado.

A fundamentação legal para a escolha desta solução está alinhada com a Lei 14.133 de abril de 2021, que regula as contratações públicas e exige que o processo licitatório seja capaz de assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, eficiência nos contratos, além de estimular o desenvolvimento nacional sustentável (Art. 11).

A locação de veículos é uma solução abrangente que permite à Administração usufruir de equipamentos modernos, em plenas condições de operação, evitando a obsolescência da frota, veículos com mais tecnologia, reduzindo as despesas de consumo e combustíveis, uma vez que estes encargos ficam sob a responsabilidade do Município.

Dessa forma, o objeto deste Estudo Técnico Preliminar (ETP) está em conformidade com o interesse público envolvido, permitindo uma execução eficaz, eficiente e economicamente vantajosa dos serviços de infraestrutura e urbanismo, alinhada aos princípios estabelecidos pelo Art. 5º da Lei 14.133.

Em adição, considerando o Art. 18 da Lei 14.133, o Estudo Técnico Preliminar deve evidenciar a viabilidade técnica e econômica da solução escolhida. Por conseguinte, foi realizada uma análise comparativa intensiva, a qual confirmou que a locação de veículos é mais conveniente que a aquisição, devido a fatores como redução de custos e flexibilidade operacional, garantindo assim a continuidade dos serviços prestados na coleta e transporte dos resíduos sólidos, e executados em plena concordância com as determinações desta Secretaria sem interrupções por questões técnicas de equipamento ou disponibilidade.

A opção pela não aquisição de veículos justifica-se ainda pela menor necessidade de capital imobilizado e pela alocação mais eficiente dos recursos públicos, alinhando-se aos objetivos de promover eficiência nas contratações e desenvolvimento nacional sustentável conforme o Art. 11, inciso IV da referida Lei.

A escolha por este modelo de solução foi embasada em jurisprudências que corroboram com sua legalidade e eficácia, garantindo conformidade com as disposições legais vigentes e princípios gerais de contratação pública.

Portanto, a solução de locação de veículos o transporte e materiais e de pessoas é justificada por sua aliança com as diretrizes da Lei 14.133/21 e jurisprudências análogas, representando a opção mais adequada existente no mercado para atender, de maneira integral e efetiva, as demandas das Secretarias Município de Biritinga.

Assim, a contratação será feita com preços compatíveis ao praticado no mercado.

**Fundamentação:** Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

#### 7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:

Esta Secretaria de Administração recebeu os documentos de formalização de demandas das Secretarias e elaborou este estudo sobre dimensionamento das demandas apresentadas pelas



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA**  
**ESTADO DA BAHIA**

Secretarias e buscou quais as estratégias seriam viáveis para contratação de serviços de locação de veículos para uso da melhoria dos serviços prestados aos servidores e munícipes.

O referido estudo foi desenvolvido com o objetivo de avaliar estratégias para contratação dos veículos a serem disponibilizados para atender às demandas dos Fundos e das Secretarias.

Esta avaliação resultou numa proposta de quantitativo ideal de veículos a serem locados, com combustíveis por parte da contratante e sem limites de quilometragem, para serem contratados consideradas alternativas que poderão ser adotadas com o intuito de aprimorar a eficiência das Secretarias nos investimentos com contratação deste tipo de serviço.

Esse estudo se embasou nas solicitações das Secretarias e sobre a necessidade de contratação. Por fim, as quantidades estipuladas são razoáveis e compatíveis com a realidade, considerando que utilizamos como parâmetro de orientação os temas comuns ao ambiente administrativo e operacional das Secretarias e dos Fundos.

GRUPO 01- VEÍCULOS TIPO PASSEIO			
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND.	QTD (VEÍCULOS)
01	Locação mensal de veículo automotor sem condutor, com 05 portas, motor 1.0, no mínimo 75 cv, capacidade 05 pessoas, flex (álcool/gasolina), com no máximo 7 (sete) anos de fabricação, e todos os equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN. (A manutenção será por conta da contratada e o combustível por conta da contratante).	LOCAÇÃO MENSAL	19

GRUPO 02- VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO			
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND.	QTD (VEÍCULOS)
02	Locação mensal de veículo utilitário, tipo caminhonete, sem condutor, com 02 portas, motor 1.4, no mínimo 75 cv, capacidade 02 pessoas, com carroceria aberta, capacidade de carga mínimo de 600 quilos, flex (álcool/gasolina), com no máximo 7 (sete) anos de fabricação, e todos os equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN. (A manutenção será por conta da contratada e o combustível por conta da contratante).	LOCAÇÃO MENSAL	04
03	Locação mensal de veículo utilitário, tipo caminhonete, sem condutor, com 02 portas, motor 1.4, no mínimo 75 cv, capacidade 02 pessoas, com carroceria tipo baú, capacidade de carga mínimo de 600 quilos, flex (álcool/gasolina), com no máximo 7 (sete) anos de fabricação, e todos os equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN. (A manutenção será por conta da contratada e o combustível por conta da contratante).	LOCAÇÃO MENSAL	02

GRUPO 03- VEÍCULOS PESADOS			
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND.	QTD (VEÍCULOS)
04	Locação mensal de veículo automotor tipo caminhão pipa, sem condutor, em perfeito estado de conservação, capacidade igual ou superior a 8.000 (oito mil) litros (com no máximo 7 (sete) anos de fabricação) e todos os equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN, com motor a diesel. (A manutenção será por conta da contratada e combustível por conta da contratante).	LOCAÇÃO MENSAL	03
05	Locação mensal de veículo automotor, tipo caminhão toco, carga seca, carroceria de madeira sem motorista, sem condutor, em perfeito estado de conservação, (com no máximo 7 (sete) anos de fabricação) e todos os equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN, com motor a diesel. (A manutenção será por conta da contratada e combustível por conta da contratante).	LOCAÇÃO MENSAL	01
06	Locação mensal de veículo automotor tipo caminhão 3/4, sem condutor, em perfeito estado de conservação, (com no máximo 7 (sete) anos de fabricação) e todos os equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN, com motor a diesel. (A manutenção será por conta da contratada e combustível por conta da contratante).	LOCAÇÃO MENSAL	01

GRUPO 04- VEÍCULOS PESADOS			
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND.	QTD MENSAL
07	Locação de 01 veículo pesado com carroceria tipo Munck – motor a diesel com potência mínima de 177 cv. peso bruto total 12000 kg, carroceria com 6,2 metros (livre) de comprimento, guindaste hidráulico tipo Munck com momento carga útil mínima de 10.000 kg com três lanças hidráulicas e alcance mínimo de 12 m, cintas para içamento de carga normatizadas com comprimentos variados (2 cintas com 2 m, 2 cintas com 4 m e 2 cintas com 6 m). (A manutenção será por conta da contratada e combustível por conta da contratante).	QUILOMETRO	200

**Fundamentação:** Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA**  
**ESTADO DA BAHIA**

### 8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa foi realizada conforme as orientações da Lei 14.133/2021, em seu Art. 18º, §1º, Inciso VI, e ainda com base em orientação da Instrução Normativa (IN) 73, de 05/08/2020.

Não foi identificado processo semelhante no PNCP e no Portal: **“Painel de Preços”**, no link: <https://paineldeprescos.planejamento.gov.br/>

Foram solicitadas cotações com empresas do seguimento de prestação de serviços, através de e-mails, recebidos das empresas a seguir:

**EMPRESA 01:** NOVA ERA SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS

CNPJ: 20.440.027/0001-02

END: R PRESIDENTE MEDICI - SN – BIRITINGA – BA – CEP: 48.780-000

TEL: (75) 99108-0239

E-MAIL: [novaera.empreendimentoss@gmail.com](mailto:novaera.empreendimentoss@gmail.com)

**EMPRESA 02:** ILSTEC CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ: 34.066.653/0001-95

END: AV GETULIO VARGAS - 475 – PATAÍBA – ÁGUA FRIA – BA – CEP:48.780-000

TEL: (75) 99284-6407

E-MAIL: [isaiasslobo@gmail.com](mailto:isaiasslobo@gmail.com)

**EMPRESA 03:** ME LOCAÇÃO, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 03.624.048/0001-69

END: RUA AGENOR FREITAS,81 , SALA 03, SERRINHA – BA - CEP

TEL: 75 – 3261- 3341

E-MAIL: [melocacaoetrasnporteltada@gmail.com](mailto:melocacaoetrasnporteltada@gmail.com)

O valor da médio estimado da contratação para os Grupos está em torno de R\$2.719.200,00, distribuídos da seguinte forma:

GRUPO 01 -VEÍCULO TIPO PASSEIO							EMPRESA 1			EMPRESA 2			EMPRESA 3		
							RAZÃO SOCIAL:	NOVA ERA SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA		RAZÃO SOCIAL:	ILSTEC CONSTRUÇÕES LTDA		RAZÃO SOCIAL:	ME LOCAÇÃO, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA	
							CNPJ:	20.440.027/0001-02		CNPJ:	34.066.653/0001-95		CNPJ:	03.624.048/0001-69	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	PREÇO MÉDIO UNIT.	V. MÉDIO MENSAL	V. MÉDIO TOTAL (12 MESES)	V. POR VEÍCULO	V. MENSAL	V. TOTAL (12 MESES)	V. POR VEÍCULO	V. MENSAL	V. TOTAL (12 MESES)	V. POR VEÍCULO	V. MENSAL	V. TOTAL (12 MESES)
1	Locação mensal de veículo automotor, com condutor, com 05 portas, motor 1.0, no mínimo 75 cv, capacidade 05 pessoas, flex (álcool/gasolina), com no máximo 7 (sete) anos de fabricação, e todos os equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN. (A manutenção será por conta da contratada e o combustível por conta da contratante). CATSER: 4014.	LOCAÇÃO MENSAL	19	R\$ 6.233,33	R\$ 118.433,33	R\$ 1.421.200,00	R\$ 6.000,00	R\$ 114.000,00	R\$ 1.368.000,00	R\$ 6.200,00	R\$ 117.800,00	R\$ 1.413.600,00	R\$ 6.500,00	R\$ 123.500,00	R\$ 1.482.000,00
VALOR MÉDIO TOTAL DO GRUPO						R\$ 1.421.200,00	VALOR TOTAL DO GRUPO	R\$ 1.368.000,00	VALOR TOTAL DO GRUPO	R\$ 1.413.600,00	VALOR TOTAL DO GRUPO	R\$ 1.482.000,00			

GRUPO 02 - VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO							EMPRESA 1			EMPRESA 2			EMPRESA 3		
							RAZÃO SOCIAL:	NOVA ERA SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA		RAZÃO SOCIAL:	ILSTEC CONSTRUÇÕES LTDA		RAZÃO SOCIAL:	ME LOCAÇÃO, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA	
							CNPJ:	20.440.027/0001-02		CNPJ:	34.066.653/0001-95		CNPJ:	03.624.048/0001-69	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	PREÇO MÉDIO UNIT.	V. MÉDIO MENSAL	V. MÉDIO TOTAL (12 MESES)	V. POR VEÍCULO	V. MENSAL	V. TOTAL (12 MESES)	V. POR VEÍCULO	V. MENSAL	V. TOTAL (12 MESES)	V. POR VEÍCULO	V. MENSAL	V. TOTAL (12 MESES)
2	Locação mensal de veículo utilitário, tipo caminhonete, com condutor, com 02 portas, motor 1.4, no mínimo 75 cv, capacidade 02 pessoas, com carroceria aberta, capacidade de carga mínimo de 600 quilos, flex (álcool/gasolina), com no máximo 7 (sete) anos de fabricação, e todos os equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN. (A manutenção será por conta da contratada e o combustível por conta da contratante). CATSER: 4014.	LOCAÇÃO MENSAL	4	R\$ 6.683,33	R\$ 26.733,33	R\$ 320.800,00	R\$ 6.250,00	R\$ 25.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 7.000,00	R\$ 28.000,00	R\$ 336.000,00	R\$ 6.800,00	R\$ 27.200,00	R\$ 326.400,00
3	Locação mensal de veículo utilitário, tipo caminhonete, com condutor, com 02 portas, motor 1.4, no mínimo 75 cv, capacidade 02 pessoas, com carroceria tipo baú, capacidade de carga mínimo de 600 quilos, flex (álcool/gasolina), com no máximo 7 (sete) anos de fabricação, e todos os equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN. (A manutenção será por conta da contratada e o combustível por conta da contratante). CATSER: 4014.	LOCAÇÃO MENSAL	2	R\$ 6.750,00	R\$ 13.500,00	R\$ 162.000,00	R\$ 6.250,00	R\$ 12.500,00	R\$ 150.000,00	R\$ 7.000,00	R\$ 14.000,00	R\$ 168.000,00	R\$ 7.000,00	R\$ 14.000,00	R\$ 168.000,00
VALOR MÉDIO TOTAL DO GRUPO						R\$ 482.800,00	VALOR TOTAL DO GRUPO	R\$ 450.000,00	VALOR TOTAL DO GRUPO	R\$ 504.000,00	VALOR TOTAL DO GRUPO	R\$ 494.400,00			





PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA  
ESTADO DA BAHIA

GRUPO 03 - VEICULOS PESADOS							EMPRESA 1			EMPRESA 2			EMPRESA 3		
							RAZÃO SOCIAL:	NOVA ERA SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA	CNPJ:	RAZÃO SOCIAL:	ILSTEC CONSTRUÇÕES LTDA	CNPJ:	RAZÃO SOCIAL:	ME LOCAÇÃO, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA	CNPJ:
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	PREÇO MÉDIO UNIT.	V. MÉDIO MENSAL	V. MÉDIO TOTAL (12 MESES)	V. POR VEÍCULO	V. MENSAL	V. TOTAL (12 MESES)	V. POR VEÍCULO	V. MENSAL	V. TOTAL (12 MESES)	V. POR VEÍCULO	V. MENSAL	V. TOTAL (12 MESES)
4	Locação mensal de veículo automotor tipo caminhão pipa, com condutor, em perfeito estado de conservação, capacidade igual ou superior a 8.000 (oito mil) litros (com no máximo 7 (sete) anos de fabricação) e todos os equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN, com motor a diesel. (A manutenção será por conta da contratada e combustível por conta da contratante). CATSER: 4014.	LOCAÇÃO MENSAL	3	R\$ 9.200,00	R\$ 27.600,00	R\$ 331.200,00	R\$ 9.100,00	R\$ 27.300,00	R\$ 327.600,00	R\$ 9.500,00	R\$ 28.500,00	R\$ 342.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 27.000,00	R\$ 324.000,00
5	Locação mensal de veículo automotor, tipo caminhão toco, com condutor, carga seca, carroceria de madeira, em perfeito estado de conservação, (com no máximo 7 (sete) anos de fabricação) e todos os equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN, com motor a diesel. (A manutenção será por conta da contratada e combustível por conta da contratante). CATSER: 4014.	LOCAÇÃO MENSAL	1	R\$ 9.200,00	R\$ 9.200,00	R\$ 110.400,00	R\$ 9.100,00	R\$ 9.100,00	R\$ 109.200,00	R\$ 9.500,00	R\$ 9.500,00	R\$ 114.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 108.000,00
6	Locação mensal de veículo automotor tipo caminhão 3/4, com condutor, em perfeito estado de conservação, (com no máximo 7 (sete) anos de fabricação) e todos os equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN, com motor a diesel. (A manutenção será por conta da contratada e combustível por conta da contratante). CATSER: 4014.	LOCAÇÃO MENSAL	1	R\$ 11.000,00	R\$ 11.000,00	R\$ 132.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 120.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 144.000,00	R\$ 11.000,00	R\$ 11.000,00	R\$ 132.000,00
7	Locação mensal de veículo automotor, tipo caminhão leve (similar ao KIA BONGO ou equivalente), com condutor e carroceria tipo baú em alumínio, em perfeito estado de conservação, com no máximo 10 (dez) anos de fabricação, categoria VUC, PBT até 3.500 kg, capacidade mínima de carga de 1.500 kg, motor a diesel com turbocompressor (potência mínima de 130 cv), transmissão manual de no mínimo 5 marchas, direção hidráulica ou elétrica, cabine para até 3 ocupantes, suspensão reforçada e pneus em bom estado, atendendo a todas as exigências do CONTRAN. (A manutenção preventiva e corretiva será por conta da contratada e o combustível por conta da contratante, garantindo substituição imediata em caso de falha ou pane). CATSER: 4014.	LOCAÇÃO MENSAL	2	R\$ 7.500,00	R\$ 15.000,00	R\$ 180.000,00	R\$ 7.200,00	R\$ 14.400,00	R\$ 172.800,00	R\$ 7.500,00	R\$ 15.000,00	R\$ 180.000,00	R\$ 7.800,00	R\$ 15.600,00	R\$ 187.200,00
VALOR MÉDIO TOTAL DO GRUPO						R\$ 573.600,00	VALOR TOTAL DO GRUPO		R\$ 729.600,00	VALOR TOTAL DO GRUPO		R\$ 788.000,00	VALOR TOTAL DO GRUPO		R\$ 751.200,00

GRUPO 03 - VEICULOS PESADOS							EMPRESA 1			EMPRESA 2			EMPRESA 3		
							RAZÃO SOCIAL:	NOVA ERA SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA	CNPJ:	RAZÃO SOCIAL:	ILSTEC CONSTRUÇÕES LTDA	CNPJ:	RAZÃO SOCIAL:	ME LOCAÇÃO, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA	CNPJ:
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	PREÇO MÉDIO UNIT.	V. MÉDIO MENSAL	V. MÉDIO TOTAL (12 MESES)	V. POR VEÍCULO	V. MENSAL	V. TOTAL (12 MESES)	V. POR VEÍCULO	V. MENSAL	V. TOTAL (12 MESES)	V. POR VEÍCULO	V. MENSAL	V. TOTAL (12 MESES)
8	Locação de 01 veículo pesado com carroceria tipo Munck – motor a diesel com potência mínima de 177 cv, peso bruto total 12000 kg, carroceria com 6,2 metros (livre) de comprimento, guindaste hidráulico tipo Munck com momento carga útil mínima de 10.000 kg com três lanças hidráulicas e alcance mínimo de 12 m, cintas para içamento de carga normatizadas com comprimentos variados (2 cintas com 2 m, 2 cintas com 4 m e 2 cintas com 6 m). (A manutenção será por conta da contratada e combustível por conta da contratante). CATSER: 4014.	QUILÔMETRO	200	R\$ 25,67	R\$ 5.133,33	R\$ 61.600,00	R\$ 30,00	R\$ 6.000,00	R\$ 72.000,00	R\$ 22,00	R\$ 4.400,00	R\$ 52.800,00	R\$ 25,00	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00
VALOR MÉDIO TOTAL DO GRUPO						R\$ 61.600,00	VALOR TOTAL DO GRUPO		R\$ 72.000,00	VALOR TOTAL DO GRUPO		R\$ 52.800,00	VALOR TOTAL DO GRUPO		R\$ 60.000,00

**Fundamentação:** Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA**  
ESTADO DA BAHIA

**9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

Como justificativa para a contratação observa-se que, para atendimento da necessidade, foram constituídos QUATRO GRUPOS, para o período de 12 (doze) meses, com um valor total estimado em cada um dos Grupos.

Considerando o fato de que a divisão em Grupos e não em itens pode parecer frustração do caráter competitivo da licitação, esta Administração esclarece e justifica suas razões para promover a adjudicação em Grupos:

- O parcelamento por Grupo se destina a promover maior eficiência e eficácia na gestão e na fiscalização contratual, além de propiciar economia de escala, uma vez que a totalidade dos serviços de um Grupo poderá ser demandada a um mesmo fornecedor, favorecendo a redução de preços e o desenvolvimento das atividades, atendendo a economicidade e eficiência na execução dos serviços.
- O não parcelamento da solução em itens dá-se em vista da possibilidade de ocorrência de prejuízos à Administração Pública em face dos riscos inerentes à própria execução e de prejuízos para a execução dos serviços demandados, pois, não restam dúvidas, o objeto intentado, quando executado por vários contratados, poderá não ser integralmente ou satisfatoriamente executado;
- A justificativa para amparar o não parcelamento do objeto em itens, apesar de tratar-se de serviços comuns e de baixa complexidade técnica, possui subsídio por ser evidente a perda da economia de escala e a divisão do objeto não será técnica e economicamente viável (Súmula 247 do TCU). Doutro modo, o não parcelamento do objeto promoverá um melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade entre fornecedores;
- Quanto à eficiência da execução dos serviços, cumpre informar que a divisão será em grupos e não em itens, pois poderia provocar prejuízos à gestão da execução, em detrimento da avaliação do cumprimento das exigências contratuais e da fiscalização administrativa da prestação dos serviços;
- Foi escolhido a divisão em GRUPO de maneira a tornar a contratação tecnicamente e economicamente viável.
- O agrupamento proposto, por itens similares, visa atingir economicidade na contratação, tendo em vista que a execução dos serviços de um Grupo por único fornecedor implicará em menor custo, em contraposição à contratação segmentada. Busca-se oferecer o menor preço por grupo associado ao atendimento da solução completa e às exigências técnicas deste ETP.
- Restando evidente a pertinência do não parcelamento da solução em itens, tendo em vista que a contratação pretendida busca lidar com um único prestador de serviços para cada Grupo, o que diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação e aumenta a eficiência administrativa deste Município, que busca a otimização do gerenciamento de seus contratos.

**10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Existem contratações correlatas e/ou interdependentes dentro do Município, como é o caso do Contrato firmado a partir do Pregão 11/2023.

**Fundamentação:** Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VIII da IN 40/2020).

**11. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

Tendo sido consultado o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS (DECOR/CGU/AGU) 6ª edição, revista, atualizada e ampliada (Fonte: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>, e de acordo com o Art. 18, § 1º, inciso XII da Lei 14.133, durante a fase preparatória do processo licitatório, é indispensável considerar os impactos ambientais que a contratação pode ocasionar, bem como as devidas medidas mitigadoras.

Com base neste princípio, realizou-se um levantamento detalhado dos possíveis impactos ambientais gerados pela atividade de locação de veículos a serem utilizados no transporte de pessoas e materiais pelas Secretarias deste Município, assim como as respectivas estratégias para sua mitigação.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA

### ESTADO DA BAHIA

Emissões de gases poluentes: Veículos são fontes significativas de emissões de gases de efeito estufa e poluentes atmosféricos. Para mitigar esse impacto, propõe-se a adoção de um plano de manutenção rigoroso, assegurando a eficiência dos motores e a redução das emissões. Além disso, poderão ser exploradas possibilidades de locação de veículos com tecnologias menos poluentes, como os movidos a energias renováveis, sempre que financeiramente viável e compatível com as necessidades operacionais.

Contaminação por vazamento de lubrificantes e combustíveis: Existe o risco de poluição do solo e dos cursos d'água por eventuais vazamentos. Para prevenir esses eventos, será exigido do prestador de serviço caso necessário a elaboração de um plano de gerenciamento de riscos e contingência, incluindo medidas rápidas e eficazes em caso de vazamentos.

A qualificação da equipe técnica para o manejo adequado dos veículos e o acompanhamento constante das condições de armazenamento e transporte dos fluidos serão igualmente requeridos. Poluição sonora: a utilização dos veículos pode resultar em níveis consideráveis de ruído, afetando a qualidade de vida da população local, para mitigar efeitos neste sentido, o Município deverá monitorar a situação do escapamento dos veículos, para que estes estejam sempre regulados e funcionando corretamente.

Diante dos potenciais impactos ambientais identificados, a Prefeitura Municipal de Biritinga, respaldada pela Lei 14.133, compromete-se a adotar uma postura de fiscalização permanente e de exigência de padrões ambientais rigorosos, estabelecendo práticas de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental junto ao prestador de serviços a ser contratado e ainda:

Prever a destinação ambiental adequada das baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999;

A contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 18/03/2010, conforme artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009, e demais legislações correlatas.”

Os veículos fornecidos deverão obedecer aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, e nº 272, de 14/09/2000, e legislação correlata, bem como aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, e nº 315, de 29/10/2002, e legislação correlata.

Só será admitida a oferta de veículos automotores que possam também utilizar combustíveis renováveis (etanol, gás natural veicular, biodiesel, eletricidade, etc.), inclusive mediante tecnologia “flex”, nos termos da Lei nº 9.660/1998.

As medidas adotadas visam atender ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, fomentando, na medida do possível, inovações e soluções que conciliem a eficiência operacional com a preservação do meio ambiente.

**Fundamentação:** Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21) Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento. (Art. 7º, inciso XII da IN 40/2020).

## 12. RESULTADOS PRETENDIDOS

Os resultados pretendidos com a contratação dos serviços de locação de veículos leves e pesados destinam-se a atender as demandas específicas das Secretarias para o transporte de pessoas e de materiais.

A implementação da locação de veículos leves e pesados para atender as demandas das Secretarias visa alcançar resultados significativos em termos de economicidade de materiais e de recursos financeiros.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA**  
**ESTADO DA BAHIA**

Os objetivos e resultados esperados são os seguintes:

**Economicidade:**

- Redução de Custos: A locação elimina gastos com aquisição, depreciação e manutenção de uma frota própria, resultando em economia direta para o Município.
- Pagamento por Uso: O pagamento é realizado com base na utilização efetiva dos veículos, evitando despesas com veículos ociosos.
- Manutenção Inclusa: A responsabilidade pela manutenção preventiva e corretiva fica a cargo da prestadora de serviços, reduzindo os custos operacionais da execução das tarefas diárias das Secretarias.

**Otimização dos Recursos Materiais:**

- Frota Moderna e Adaptada: Acesso a veículos modernos e adequados às necessidades da saúde pública, sem imobilizar capital em bens deprecáveis.
- Flexibilidade: Possibilidade de ajustar a frota conforme a demanda, garantindo que os recursos materiais sejam utilizados de maneira eficiente.

**Eficiência no Uso dos Recursos Financeiros:**

- Alocação Eficiente do Orçamento: Os recursos financeiros são alocados de maneira mais estratégica, priorizando áreas críticas das Secretarias.
- Previsibilidade Orçamentária: Com os serviços de locação, os custos são previsíveis e podem ser planejados no orçamento anual, facilitando o controle financeiro.

Em resumo, a locação de veículos para atender as demandas dos Fundos e das Secretarias é uma medida que se alinha aos objetivos de responsabilidade fiscal e gestão eficiente. Espera-se que essa abordagem traga uma melhoria significativa na qualidade dos serviços prestados à população, ao mesmo tempo em que garante a sustentabilidade financeira e a valorização dos recursos humanos e materiais disponíveis. Primando pelo princípio da eficiência administrativa e ao dever de economia processual, conforme previsto no Art. 5º da Lei 14.133, garantindo a utilização dos recursos disponíveis de maneira racional e eficaz;

**Fundamentação:** Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

### **13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

Todas as providências a serem adotadas para a contratação do objeto deste ETP, deverá ser levada em consideração a Lei 14.133/21. Deverão ser juntados ao processo todas as peças decorrentes do planejamento necessárias para a contratação.

Para garantir a adequada execução da contratação os serviços de locação de veículos, conforme a necessidade das Secretarias do Município de Biritinga, as seguintes providências deverão ser adotadas:

- I. Elaboração de Termo de Referência;
- II. Elaboração de Edital.
- III. Elaboração de Minuta de Contrato;
- IV. Realizar o processamento da licitação.
- V. Efetivar a contratação.
- VI. Nomear uma equipe de gestão do contrato composta por servidores qualificados, que acompanhem e fiscalizem permanentemente a prestação dos serviços de locação dos veículos conforme Art. 7º da Lei 14.133;
- VII. Realizar treinamento específico para os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato, fornecendo as habilidades técnicas necessárias para o adequado desempenho de suas funções;
- VIII. Desenvolver e implementar um plano de fiscalização que inclua cronograma de atividades, pontos de controle, critérios para aferição da qualidade dos serviços e procedimentos para solução de possíveis falhas e imprevistos;
- IX. Avaliar regularmente os indicadores de desempenho estabelecidos para a prestação dos serviços de locação, visando a uma contínua melhoria dos serviços;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA

### ESTADO DA BAHIA

- X. Estabelecer canais de comunicação efetivos para reporte ágil de problemas ou necessidades emergenciais relacionadas à locação dos veículos;
- XI. Estipular procedimentos de vistoria periódica dos veículos locadas, assegurando o cumprimento dos requisitos técnicos e de segurança especificados no contrato;
- XII. Implementar sistema de registro e controle das ocorrências e intervenções realizadas, para acompanhamento dos serviços prestados pela contratada e suporte à tomada de decisões;
- XIII. Assegurar que os pagamentos realizados à empresa contratada estejam estritamente alinhados aos serviços efetivamente prestados e às condições contratuais acordadas;
- XIV. Manter a documentação relacionada ao contrato devidamente organizada e arquivada para fins de transparência e atendimento às auditorias internas e externas;
- XV. Prever medidas de reforço de treinamento e adequação da equipe sempre que alterações no escopo da contratação ou novos procedimentos forem implementados;
- XVI. Estabelecer rotinas de revisão do contrato e verificar oportunidades de renegociação para adequação a novas demandas ou melhorias na prestação dos serviços;
- XVII. Definir estratégias de comunicação junto aos usuários dos serviços para orientar sobre a correta utilização dos veículos e reforçar a importância da preservação do bem locado;
- XVIII. Assegurar que, antecipadamente à celebração do contrato, todos os servidores e agentes envolvidos na gestão e fiscalização do contrato estejam cientes dos seus papéis e responsabilidades, em conformidade com o Art. 7º da Lei 14.133;
- XIX. Preparar e encaminhar relatórios periódicos à autoridade competente sobre o andamento dos serviços e o cumprimento do contrato.

**Fundamentação:** Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

#### 14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Após análise minuciosa do processo de contratação dos serviços de locação de veículos para atender às necessidades das Secretarias e dos Fundos Municipais para o transporte de pessoas e materiais, fundamentado nos princípios e diretrizes da Lei 14.133/2021, conclui-se que a contratação é não apenas viável, mas também razoável e alinhada com os objetivos da Lei supra. A especificidade da demanda por locação dos referidos equipamentos, conforme descrito neste Estudo Técnico Preliminar, mostra-se em sintonia com os princípios da eficiência e economicidade (Art. 5º da Lei 14.133), proporcionando otimização de recursos por meio da locação em contraposição à aquisição direta, evitando despesas com manutenção, seguros, emplacements, reposição de pneus entre outras.

Este posicionamento leva em consideração os seguintes aspectos jurídicos estabelecidos pela nova Lei de Licitações:

O Art. 7º assevera o dever de agir com planejamento e gestão competente de agentes capacitados, já observado neste processo, garantindo a legitimidade da contratação.

O Art. 11 indica a seleção de propostas que gerem o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, incluindo o ciclo de vida do objeto, e neste caso, a locação dos veículos é a opção mais estratégica para a coleta e transporte dos resíduos.

O Art. 18 enaltece a importância de uma fase preparatória consistente e planejada para o sucesso do processo licitatório, refletindo diretamente na qualidade da solução contratada, o que foi rigorosamente seguido neste Estudo.

O Art. 23 reforça a necessidade de um valor estimado da contratação compatível com os valores de mercado, alinhado às peculiaridades do local de execução, e a proposta apresentada demonstra essa compatibilidade após a devida pesquisa de mercado.

O Art. 26 aborda a possibilidade de estabelecer margem de preferência para bens e serviços nacionais, incentivando o desenvolvimento nacional sustentável, alinhado com o objeto da contratação.

Conclui-se, portanto, diante do exposto e da legislação aplicável, que a contratação proposta é **VIÁVEL** e prudente, representando a decisão mais acertada para atendimento das necessidades



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA**  
ESTADO DA BAHIA

do Município de Biritinga, cumprindo os requisitos legais e as expectativas de eficácia, eficiência e economia preconizadas pela Lei 14.133/2021.

**Fundamentação:** Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

**15. RESPONSÁVEIS**

Biritinga - BA, 27 de janeiro de 2026.

**COSME NILTON OLIVEIRA CRUZ**  
Secretário Municipal de Administração  
Portaria.008/2025



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA**  
**ESTADO DA BAHIA**

**ANEXO II**

**MINUTA DE CONTRATO**





PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA  
SECRETARIA DE MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**MODELO DE TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**

Processo Administrativo nº(.....)

Pregão Eletrônico nº(.....)

CONTRATO  
ADMINISTRATIVO Nº ...../.....,  
QUE FAZEM ENTRE SI O  
MUNICÍPIO DE BIRITINGA E A  
EMPRESA .....

O MUNICÍPIO DE BIRITINGA, com sede no(a) ....., na cidade de ...../Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços....., nas condições estabelecidas no Termo de Referência, e conforme a seguir:


1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. O Edital da Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do contratado;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura deste Termo, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/21.

2.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.4. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.6. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.7. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA  
SECRETARIA DE MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de execução e de conclusão do objeto, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, no percentual de até 30 (trinta) por cento dos itens de cada Grupo, nas seguintes condições:

4.1.1. A contratada será responsável pela qualidade dos serviços;

4.1.2. O Município não terá qualquer tipo de vínculo com a subcontratada;

4.1.3. O Município não assumirá qualquer vínculo financeiro com a subcontratada;

4.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.3. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.4. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

**CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

5.1. O valor total da contratação para o Grupo ..... é de R\$..... (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

**CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_/\_\_/\_\_ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice do INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA**  
**SECRETARIA DE MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar a Procuradoria Jurídica do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9.1. A Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias.

8.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto deste Contrato;

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Cumprir as cláusulas deste Contrato, fornecendo os veículos demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.6. Não contratar, durante a vigência deste Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA**  
**SECRETARIA DE MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços.

9.9 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência.

9.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.11. Manter durante toda a vigência deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução deste Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.13. Comprovar se solicitado, a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste Contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.17. Realizar a manutenção preventiva e corretiva dos veículos, assegurando sua disponibilidade e bom funcionamento, além de seguro e emplacamento.

9.18. A Contratada deverá apresentar documentos dos veículos com registro no DETRAN.

9.19. A Contratada em caso de substituição de veículos, só poderá apresentar veículos com menos 07 (sete) anos e uso no decorrer da execução do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de subcontratação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA**  
**SECRETARIA DE MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

10.6. É dever do contratado no que couber, orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado no que couber, deverá exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. No que couber o Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial deste Contrato;
- b) der causa à inexecução parcial deste Contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total deste Contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução deste Contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.2.4. **Multa:**

l) Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) por cento;

a) O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA**  
**SECRETARIA DE MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

13.1. Este Contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. Este Contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que este Contrato não mais lhe oferece vantagem.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA**  
**SECRETARIA DE MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário deste Contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. Este Contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir este Contrato.

13.5.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste Município, na dotação abaixo discriminada:

Xxxx

Xxx

xxx

14.2. Existe compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido, certificamos que há dotação orçamentária para atender às despesas decorrentes do objeto em questão, a qual poderá ser suplementada, se necessário, durante a execução contratual dos serviços de locação de veículos leves e pesados em atendimento as demandas dos Fundos e das Secretarias do Município de Biritinga/BA.

14.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITINGA – ESTADO DA BAHIA**  
**SECRETARIA DE MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração deste Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

17.1. Da Fiscalização Contratual

17.1.1. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas neste Contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração e ainda todas as atribuições constantes do Item Fiscalização do Termo de Referência.

17.1.2. Fica designado como Fiscal deste Contrato o Sr.....

17.2. Da gestão Contratual

17.2.1. O gestor do Contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do Contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do Contrato para fins de atendimento da finalidade da administração e ainda todas as atribuições constantes do Item Gestor de Contrato do Termo de Referência.

17.2.2. Fica designado como Gestor deste Contrato o Sr.....

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO**

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO (art. 92, §1º)**

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Serrinha, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-